



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade



1 **ATA Nº 45/2025 – Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de Concessão de**
2 **Benefícios em Matéria Previdenciária de Complexidade – 04/12/2025** - Ata de
3 Reunião da Comissão Previdenciária do Instituto de Previdência Social do Município de
4 Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado à Rua
5 Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro,
6 realizada às dezessete horas do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e cinco, na qual
7 reúnem-se os membros da Comissão Previdenciária instituídos através da portaria de
8 nomeação nº 001/2025 do Macaeprev: **Adilson Gusmão dos Santos (Presidente),**
9 **Carolina Quintino Teixeira Benjamin, Daniel Barros Valdez, Hélida Márcia da Costa**
10 **Mendonça Damasceno, Jessé Silveira de Souza Junior, Priscila Rosemere Bassan de**
11 **Mello Vasconcellos, Rodrigo de Oliveira Cavour, Túlio Marco Castro Barreto.**
12 **ABERTURA:** Foi realizada a chamada pelo Presidente **Dr. Adilson Gusmão dos Santos**
13 estando todos os membros presentes. Logo após, foi tratado o seguinte tema: **Processo**
14 **Administrativo nº 311.526/2025, Referente ao Pedido de Revisão de Aposentadoria -**
15 **Servidora Aposentada Luciane Gomes de Souza - Fiscal de Obras - matrícula 1.837,**
16 **apensado a este o pedido de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade**
17 **processo nº 310.700/2020. INTRODUÇÃO –** O presidente **Dr. Adilson Gusmão** informou
18 que o presente processo foi encaminhado pelo Diretor Previdenciário Dr. Júlio Cesar Viana
19 Carlos, conforme despacho transcrito fl. 06, *“Trata-se de pedido de REVISÃO DE*
20 *CÁLCULOS DE APOSENTADORIA formulado pela Sra. LUCIENE GOMES DE SOUZA,*
21 *Fiscal de Obras, matrícula 1.837, protocolado em 17 de setembro de 2025. A requerente*
22 *solicita, em requerimento de fls. 02 e 04, a revisão dos cálculos da sua aposentadoria, com*
23 *base nos seguintes pontos: * a Lei Complementar Municipal nº 338/2024 foi revogada pela*
24 *publicação da Lei Complementar Municipal nº 351/2025; Cabe ressaltar que a aposentadoria*
25 *foi calculada com base no artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005 e Art. 50 da Lei*
26 *Complementar Municipal n.º 138/2009, tendo os seus proventos integrais, calculado*
27 *conforme o que determina o artigo 38, §§ 5º e 6º, da Lei Complementar Municipal n.º*
28 *091/1998 incluídos pela Lei Complementar Municipal n.º 051/2005, onde define a*
29 *remuneração e as parcelas permanentes, a serem utilizadas nos cálculos dos benefícios*
30 *concedidos pelo Município.”* A Comissão passa a examinar o pedido de revisão à luz da Lei
31 Complementar nº 351/2025, bem como da legislação previdenciária vigente, observando os

1



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade



32 seguintes aspectos: **Legitimidade:** Se a servidora atende aos requisitos legais para
33 requerer a revisão da aposentadoria. **Mérito:** Se há fundamento jurídico para a concessão
34 da revisão, considerando as novas normas e as particularidades do caso. **Procedimentos:**
35 Se o pedido foi formalizado conforme as normas e procedimentos aplicáveis. Após a análise
36 do exposto, os membros destacam os seguintes pontos relevantes no processo: **1)** A
37 Servidora *Luciene Gomes de Souza*, obteve sua concessão de aposentadoria datada em 11
38 de janeiro de 2021, conforme Portaria nº 005/2021 (fls. 80 e 81 do processo de
39 aposentadoria nº 310.700/2021) publicado em 13 de janeiro de 2021. A fundamentação foi o
40 Artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e artigo 50 da Lei Complementar Municipal
41 nº 138/2009, sendo computado em seus proventos o vencimento do cargo de Fiscal de
42 Obras, Categoria Pleno Padrão N, 30% do vencimento-base a título de Risco de Vida, 55%
43 do vencimento-base a título de Adicional de Tempo de Serviço e, 80% da Produtividade de
44 Fiscal de acordo com o artigo 2º da Lei Municipal 2617/2005 e a Portaria nº 1.797/2009; **2)**
45 Acostado em fls. 84 a 111, o encaminhado para o TCE RJ, para registro, sob o número
46 204701-8/2021 estando registrado na data de 16/11/2021 com publicação no diário oficial do
47 estado (DOERJ) em 07/12/2021; **3)** Os membros ressaltaram que, à luz da fundamentação
48 exposta e do registro do ato de aposentadoria pelo TCE/RJ, a paridade estabelecida pelo
49 Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 configura-se como um importante
50 instrumento de proteção dos direitos dos servidores públicos aposentados. Essa medida
51 reflete uma política de valorização e reconhecimento do trabalho desempenhado, visando
52 promover a justiça salarial e garantir que os servidores aposentados continuem a receber
53 remuneração compatível, fundamentando-se no princípio da dignidade. **4)** Em razão da
54 relevância do assunto e para garantir a segurança jurídica do Instituto, os membros sugerem
55 que o processo seja encaminhado à assessoria jurídica do Macaeprev para análise
56 minuciosa. A análise deve verificar a existência de qualquer demanda judicial em curso que
57 possa ter como objeto ressarcimento das contribuições previdenciárias e, caso seja positivo,
58 o setor de arrecadação deve ser ciente ao realizar a certificação dos recolhimentos.
59 **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, por unanimidade, os membros da Comissão sugerem
60 pelo **DEFERIMENTO** do pedido formulado pela servidora Sra. Luciene Gomes de Souza, e
61 sugerem que a Diretoria Previdenciária adote as seguintes providências: **1)** Que seja dada
62 ciência a servidora acerca do teor desta Ata. **2)** Que seja encaminhado o processo ao Setor

→

B

7

2

2

2

2

Jurídico do Macaeprev, para verificação da existência de eventual demanda judicial em curso relacionada ao ressarcimento das contribuições previdenciárias, e, em caso positivo, anexar aos autos a respectiva decisão judicial. **3)** Que seja encaminhado o processo ao Setor de Arrecadação, para certificação dos valores correspondentes a cada competência em que incidiu contribuição sobre a produtividade não incorporada, observando-se a existência de eventual decisão judicial sobre a matéria. **4)** Seja encaminhado a devida ata ao Presidente para ciência. Nada mais havendo, às dezoito horas e quinze minutos foi dada como encerrada esta reunião, na qual eu, Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, lavrei a presente Ata sendo assinada por mim e pelos demais Membros presentes que estão de acordo com a presente.


Adilson Gusmão dos Santos


Carolina Quintino Teixeira Benjamin


Daniel Barros Valdez


Héli da Márcia da C. Mendonça Damasceno


Jessé Silveira de Souza Junior


Priscila Rosemere B. de M. Vasconcellos


Rodrigo de Oliveira Cavour


Túlio Marco Castro Barreto